

Protelação é estratégia dos bancos

Credores não querem fechar acordo antes da Constituinte chegar ao fim

ADEMAR SHIRAI SHIRAI
Da Editoria de Economia

Não há prazo para serem retomadas as negociações do acordo de reescalonamento da dívida, informaram o secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, e o diretor da Dívida Externa do Banco Central, Pádua Seixas, que chefiaram a delegação brasileira. Ambos negaram estar havendo um impasse nas negociações, preferindo utilizar a expressão "pausa" para classificar a suspensão das conversações, com o retorno deles, terça-feira, de Nova Iorque.

"Resolvemos dar um tempo aos bancos e quando eles conciliarem seus pontos de vista, retornaremos à mesa de negociações", declarou Amaral, ao confirmar que a razão do regresso da dupla está nas divergências entre os 14 integrantes do comitê dos bancos sobre duas questões básicas: a vinculação entre os seus desembolsos e as liberações do empréstimo em negociação com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a inclusão da cláusula de penhora das reservas cambiais brasileiras, propostas dos bancos que o Brasil reluta em não aceitar.

OTIMISMO

Com seu habitual otimismo, o secretário de Assuntos Internacionais da Fazenda classificou as duas questões como "uma parcela pequena" a superar para fechar o acordo, na

medida em que todos os pontos financeiros da renegociação já foram acertados, como o valor do refinanciamento dos juros, os prazos de reescalonamento, o spread (taxa de risco)

PROPOSTA

Uma fonte governamental ligada às negociações revelou que o Governo não está preocupado com a possibilidade do Brasil ser declarado inadimplente pelas autoridades financeiras norte-americanas se esta paralisação nas negociações resultar num atraso de 90 dias no pagamento dos juros devidos em março, que só será feito quando estiver assinado o term sheet (texto do acordo). Para esta fonte, tal risco é distante.

Amaral revelou, negando-se a entrar em detalhes, que a delegação brasileira deixou pronta uma proposta que, mesmo podendo ser classificada como vinculação, não implica em que o descumprimento das metas acertadas com o FMI, que resulta na suspensão automática da liberação das parcelas do empréstimo do Fundo, represente também suspensão automática dos desembolsos do empréstimo dos bancos para refinanciar os juros, de 5,2 bilhões de dólares.

Para ele, o assunto é complexo, porque a vinculação sempre existiu em acordos de reescalonamento da dívida em que o País faz acordo com o FMI e o Brasil, no caso, está propondo uma solução inova-

dora — a não vinculação —, já defendida em alguns fóruns internacionais, mas que somente agora, na negociação da dívida brasileira, está se tentando colocar em prática.

A cláusula da penhora das reservas — em que os bancos podem solicitar judicialmente o arresto das reservas cambiais depositadas em suas agências em caso de não pagamento dos juros — não funciona na prática, segundo o secretário de Assuntos Internacionais da Fazenda, tratando-se "mais de uma questão legal do que de uma questão formal" na confecção do term sheet.

Amaral e Pádua Seixas negaram qualquer relação entre a decisão de retornarem terça-feira, e a reunião com os governadores no Palácio da Alvorada que aprovou o programa econômico do Governo e o início das negociações com o FMI.

SEM CONSENSO

Disseram que as divergências no comitê dos bancos em torno da vinculação e da cláusula de penhora já haviam se revelado há 10 dias, mas decidiram permanecer em Nova Iorque até terça porque havia indicações de que, no fim de semana passado, os bancos chegassesem a um consenso, o que acabou não ocorrendo. Quando houver este consenso, que poderá levar dias ou semanas, de acordo com Amaral, é que os dois retomam as conversações, o que ainda não é possível prever.

NELSON JUNIOR



Amaral (E) e Seixas (D) dizem que não há impasse. Apenas uma pausa